

## Reflexões sobre a Pós-Graduação em Educação no Rio Grande do Sul\*

*Reflections on Graduate Education  
in Rio Grande do Sul*

Clovis Renan Jacques Guterres\*\*

**Resumo:** Este trabalho analisa o surgimento da Pós-Graduação *stricto sensu* no Rio Grande do Sul, a partir de material bibliográfico e documental. O foco da análise centra-se, inicialmente, no primeiro Programa de Mestrado em Educação criado em 1970, na UFSM, resultante de convênio com a Organização dos Estados Americanos (OEA). A análise abrange o período do convênio (1970/1977) e o período pós-convênio (1977 aos dias atuais). Num segundo momento, é analisada a expansão da Pós-Graduação em Educação no Rio Grande do Sul, tanto nas universidades públicas como nas privadas, deflagrada pela criação dos Programas de Mestrado da UFRGS e da PUCRS, em 1972.

**Palavras-chave:** Pós-Graduação. Educação. Ensino Superior. Universidade. Rio Grande do Sul.

**Abstract:** This paper analyzes the emergence of Postgraduate Education *strictu sensu* in Rio Grande do Sul through bibliographic and documentary material. This analysis focus, initially, on the first Masters Course in Education created in 1970, that is a result of an agreement between UFSM and Organization of American States (OAS). The analysis comprehend this agreement's period, from 1970 until 1977, and after this period until today. Then, this paper analyzes the expansion of Postgraduate education in Rio Grande do Sul in public and private universities, that was initiated with creation of UFRGS and PUC from Porto Alegre Masters Courses' in 1972.

**Keywords:** Post-Graduation. Education. Higher Education. University. Rio Grande do Sul.

---

\*\* Doutor em Educação pela Universidade de Campinas (Unicamp), mestre em Filosofia pela UFSM, professor associado no Departamento de Fundamentos da Educação da Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS. *E-mail:* crguterres@hotmail.com

## Introdução

Gostaria de agradecer aos organizadores da IX Anped Sul o convite para participar dessa mesa e dizer que minhas reflexões sobre os 40 (42) anos da Pós-Graduação em Educação na Região Sul concentraram-se no primeiro período do Programa de Mestrado em Educação da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), de 1970 a 1977, objeto de minha tese de doutorado (2001). Os demais períodos são analisados a partir da documentação do curso.

Sobre a expansão da Pós-Graduação no Rio Grande do Sul a reflexão é mais panorâmica, ou sintética, no sentido de analisar a expansão nessas quatro décadas, identificando a criação dos cursos de Mestrado e Doutorado, tanto em universidades públicas quanto em universidades privadas.

## 1 O curso de Mestrado em Educação no contexto da UFSM

Sinto-me na obrigação de, previamente, fazer algumas considerações sobre as origens da UFSM para explicar as razões do surgimento do curso de Mestrado mais antigo das universidades federais, e o terceiro do País depois da criação dos cursos de Mestrado da PUC/RJ, em 1965, e o curso da PUC/SP, em 1969.

A UFSM nasceu com a denominação local como as demais universidades brasileiras –Universidade de Santa Maria (USM), mas suas origens remetem à criação da Faculdade de Farmácia, em 1931. Nesse período, de 1931 a 1960, quando foi criada a universidade, três momentos podem ser considerados marcantes: a própria criação da Faculdade de Farmácia; a campanha pela incorporação à Universidade de Porto Alegre, desencadeada em 1945, juntamente com as Faculdades de Direito e Odontologia de Pelotas, que culmina com a transformação da Universidade de Porto Alegre em Universidade do Rio Grande do Sul, por Ato da Assembleia Legislativa sancionado pelo governador do estado Walter Jobim; e o terceiro período desenvolve-se na década de 50 (séc. XX), precedido da fundação da Associação Santa-Mariense Pró-Ensino Superior (Aspes), em 1948. Esse período caracteriza-se pela criação de novas faculdades, como a de Medicina, em 1956 (autorizada a funcionar desde 1954), Ciências Políticas Econômicas, em 1954, a Faculdade de Filosofia Ciências e Letras “Imaculada Conceição”, a Escola Superior de Enfermagem Nossa Senhora Medianeira, em 1954, e a Faculdade de Direito, em 1959.

Em 1960, como já nos referimos, com a reunião das faculdades existentes, acrescida das Faculdades de Odontologia e de Politécnica, foi

criada a Universidade de Santa Maria, pela Lei 3.834-C, em 14 de dezembro, e sancionada pelo presidente Juscelino Kubitschek. Constituiu-se na primeira universidade criada no interior, fora das capitais. Apesar desse agregado de faculdades como estava previsto na Reforma Francisco Campos (1931), a universidade foi gerada a partir de novas ideias, ou seja, construir uma nova universidade em oposição à *velha universidade*, focada na formação profissional. A nova universidade, conforme o projeto do então reitor, Mariano da Rocha Filho, surgiu de suas reflexões sobre o desenvolvimento das universidades europeias e americanas em suas viagens na década de 50 (séc. XX) e se configura no livro *USM – A nova universidade* (1962). Apesar de limitada pela legislação vigente, procura estabelecer um vínculo profundo com sua região, promovendo seu desenvolvimento, rompendo, assim, os muros que a separam várias décadas da comunidade. Desenvolveu-se aí a definição de Distrito Geoeducacional como “a região onde ela se situa e onde, por força das atividades que desempenha, orienta o ensino e a pesquisa em consonância com o seu microclima, com a formação do seu solo, com a riqueza do seu subsolo e a variedade e aproveitamento de seus produtos, o que constitui aquilo que denominamos *vocação do solo*. (ROCHA FILHO, 1993, p. 101). Dessa forma, se consagra, também, o conceito de interiorização do Ensino Superior, uma vez que o desenvolvimento passa a ser visto a partir desse vínculo.

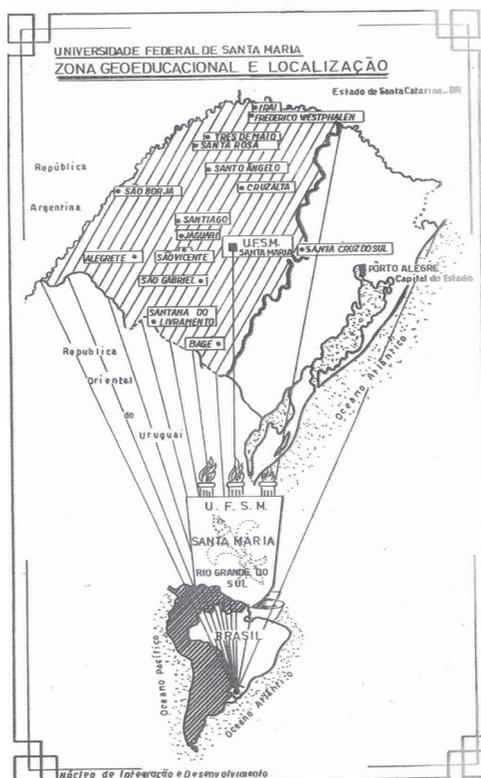
Em 1962, foi implantado o projeto “Nova Universidade”. A estrutura proposta tenta superar o modelo vigente, focando simultaneamente o ensino, a pesquisa e a aplicação dos seus resultados na zona geoeducacional pela extensão. Procura reconfigurar a ideia de universidade, articulando as figuras: faculdade, instituto, departamento e cátedra (dada a sua vigência).

O projeto “Nova Universidade”, portanto, já antecipava alguns elementos que viriam a constituir a nova estrutura da universidade brasileira com a reforma universitária de 1968. Esse projeto seria novamente reestruturado no fim da década de 60 (séc. XX), como decorrência da reforma já mencionada, substituindo a faculdade pelo curso, o instituto pelo departamento e extinguindo a cátedra.

A concretização do modelo da USM vai atingir seu auge no fim dos anos 60 (séc. XX) e início dos anos 70 (séc. XX), com a construção da Cidade Universitária, com o Projeto das Extensões, da “Operação Oswaldo Aranha”, do *Campus* Avançado de Roraima e da Faculdade Interamericana de Educação. A construção da Cidade Universitária, no centro do Rio Grande do Sul, simbolizou a vitória da interiorização do Ensino Superior, antes restrito às capitais.

O projeto das Extensões se constituía na criação de faculdades vinculadas à universidade, como forma de promover o desenvolvimento no Distrito Geoeeducacional pela interiorização do Ensino Superior. A tese subjacente às extensões é a da multiversidade, isto é, a criação de *campi* múltiplos como maneira de integrar a universidade à região. As extensões criadas foram as seguintes: Santa Cruz do Sul (Direito e Ciências Contábeis); Bagé (Estudos Básicos Rurais); Santana do Livramento (Pedagogia); São Gabriel (Pedagogia); Alegrete (Letras e Pedagogia); São Borja (Pedagogia e Letras); Santiago (Pedagogia e Letras); Santo Ângelo (Letras e Pedagogia); Santa Rosa (Letras e Pedagogia); Três de Maio (Administração); Frederico Westphalen (Letras); Cruz Alta (Letras). (ROCHA FILHO, 1998, p. 57).

A imagem que segue é a representação gráfica da zona geoeeducacional na década de 60 (séc. XX).



Fonte: Documentos da UFSM.

O projeto “Oswaldo Aranha”, ou “Operação Oswaldo Aranha”, vinculado ao Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), executado pela *Food and Agriculture Organization* (FAO) e a Universidade Federal de Santa Maria, originou-se de solicitação de ajuda ao Fundo Especial das Nações Unidas (ONU) visando ao desenvolvimento do Setor Primário do Rio Grande do Sul. O Projeto, realizado por uma equipe das então Faculdades de Agronomia e Veterinária, analisou a conjuntura agropecuária do Rio Grande do Sul, mais especialmente, da zona geoeducacional da UFSM. Os resultados do Projeto, em 1971, revelavam a melhoria do ensino e da pesquisa no Centro de Ciências Rurais, com a implantação de novos métodos na agricultura e pecuária no RS. A vinda de 19 professores Ph.D. e a qualificação de 39 docentes, com bolsa de estudos nos melhores centros mundiais de agropecuária, foram substanciais para a transformação do Centro de Ciências Rurais em um setor de referência na área.

O Projeto do *Campus* Avançado de Roraima nasceu na linha das extensões com o mesmo propósito de forçar o desenvolvimento de uma região. Foi o primeiro *campus* estabelecido na Amazônia, com a participação do governo do território, bem como com a participação de outros órgãos públicos via Projeto Rondon. Embora esse projeto tenha ultrapassado os limites do DGE 37, a fórmula aplicada foi a mesma, ou seja, transformar o Ensino Superior em um instrumento para alavancar o desenvolvimento da região. (ROCHA FILHO, 1993, p. 57).

### 1.1 A Faculdade Interamericana de Educação

A Faculdade Interamericana de Educação começou com a internacionalização do Ensino Superior, o velho sonho de integração das Américas. Na verdade, tratava-se de um Projeto Multinacional de Aperfeiçoamento de Pessoal Especializado em Educação (1968), desenvolvido a partir de convênio entre o governo brasileiro e a Organização dos Estados Americanos (OEA), cujo objetivo era o aperfeiçoamento de pessoal docente para o Ensino Médio na América Latina. Iniciado em 1970 e encerrado em 1977, tornou-se o primeiro curso de Pós-Graduação em nível de Mestrado da UFSM.

Nascida no contexto da Guerra Fria, deslocada em parte para a América Latina, em decorrência da Revolução Cubana de 1959, a FIE, como muitos outros projetos, foi gerada numa conjuntura em que a OEA e, naturalmente os EUA, procuravam conter os avanços da esquerda na América Latina, injetando fartos recursos. Embora o projeto tenha sido aprovado na 5ª

Semana do Conselho Interamericano Cultural da OEA, realizado em 1968, na cidade de Maracay, na Venezuela, ele resultou do conjunto de políticas definidas pelos chefes de Estado da América, reunidos em Punta del Este, no Uruguai, em 1967.

Na Reunião de Maracay, o projeto inicial do reitor Mariano da Rocha era criar, ou melhor, transformar a UFSM na Universidade das Américas, mas não vingou. E, como disse o próprio reitor em entrevista, em 1968, “o ministro Tarso Dutra vai apresentar no conclave o projeto prioritário para a criação, em Santa Maria, de uma Faculdade Interamericana de Educação”. O curso foi instalado em janeiro de 1970, com atraso de quase um ano, pois era para ter iniciado em março de 1969.

As diretrizes pedagógicas do projeto inicial foram redefinidas na Segunda Reunião Preparatória da OEA, direcionadas para o enfoque teórico-prático do currículo para o Ensino Médio, abrangendo as disciplinas Teoria e Prática de Currículo; Teoria e Prática de Pesquisa e Planejamento de Educação. A duração do curso foi alterada de 12 para 10 meses, e o número de vagas era de 15 para estrangeiros e 15 para brasileiros. Alterou-se, em consequência, a denominação inicial de “Formação de Técnicos Administradores Escolares” para “Formação de Especialistas em Currículo para Ensino Médio”.

O documento-base da reformulação tinha o significativo título de *Sugestiones para el Desarrollo de un Programa Particular de Currículo para el Nivel Medio*. A ênfase na relação teoria-prática e na integração das disciplinas levou os professores a desenvolverem a prática interdisciplinar e coletiva, isto é, não só planejando a forma de integração das disciplinas, mas ministrando-as, juntamente com outros professores, a uma mesma turma de alunos.

Durante esse período, a Faculdade Interamericana de Educação foi dirigida pela professora Carmem Silveira Neto, mais conhecida pelo nome religioso de “Irmã Consuelo”. No término do convênio, quando de sua aposentadoria, foi substituída pela professora Ladyr Anchieta da Silveira. No início do projeto, a professora Irmã Consuelo dividia a coordenação do curso com o professor Milo Aita.

O corpo docente era constituído de professores-visitantes designados pela OEA, provenientes dos Estados Unidos, do Chile, da Costa Rica, da Nicarágua, da Argentina, entre outros, e professores brasileiros, que trabalhavam de forma articulada com professores estrangeiros. O Projeto Multinacional envolveu 18 países da América Latina, com a participação de

228 alunos, 120 brasileiros e 108 estrangeiros. Desse total, 138 obtiveram o título de *Mestre*, e os demais, de *Especialista*.

O Centro de Educação, na época denominado Centro de Ciências Pedagógicas, no período de 1970 a 1977, qualificou 30 mestres de um total de 138 disseminados pelo Brasil e pela América Latina, os quais, junto com os professores brasileiros do projeto e professores estrangeiros que permaneceram no Brasil, vieram a fazer parte do corpo docente do curso de Pós-Graduação em Educação – Mestrado, no período pós-convênio.

O convênio entre a UFSM e a OEA também causa grande impacto nas comunidades local, regional, nacional e internacional, exercendo uma função extensionista, atendendo a centenas de instituições educacionais em Santa Maria, no Rio Grande do Sul, em São Paulo e na Costa Rica.

## 1.2 O período pós-convênio

Com o encerramento do convênio e a aprovação da reformulação do curso pelo Conselho de Ensino e Pesquisa, pelo Parecer 178/77, em 23 de agosto de 1977, e, de acordo com as normas da Pós-Graduação vigentes, o curso iniciou uma nova etapa com a área de concentração em Metodologia do Ensino e Currículo, como continuidade da área anterior. O corpo docente era constituído de 15 doutores e três mestres. No decorrer desse período, alunos remanescentes do convênio continuaram a ser orientados e a defenderem suas dissertações. Quando o curso foi credenciado pelo Parecer 493/80/CFE, em 1980, os diplomas expedidos pela Faculdade Interamericana foram substituídos por diplomas de validade nacional.

Em 1984, o curso sofreu nova reformulação, rompendo com o modelo anterior, após uma série de debates internos entre alunos e professores. Alterou-se a área de concentração, que passou a ser em Educação Brasileira, como reação à influência tecnicista muito presente na fase anterior, assim também ao caráter quantitativo dominante na pesquisa. Em 1986, o curso foi credenciado pelo Parecer 131/86 do Conselho Federal de Educação (CFE) e, em 1987, o curso passou por nova avaliação interna, visando à sua reformulação, conforme o relatório “Avaliação do Curso de Pós-Graduação em Educação – Primeiro Semestre de 1987”. O Plano de Atividades de 1988/89 já apresentava resultados positivos da nova reformulação, mesmo assim não resolvia o problema crucial que era a titulação do corpo docente. Naquele período, o corpo docente era constituído de nove doutores e dez mestres. Os doutores tinham formação na França, nos Estados Unidos, na Itália e no Brasil. Os mestres tinham formação em

Filosofia, Educação e Letras, todas cursadas no Brasil. Três mestres estavam em doutoramento e um doutor, em pós-doutoramento.

Para superar o problema, o curso, conforme orientação da Capes, foi procurar apoio em cursos próximos e melhor qualificados. O primeiro programa procurado foi o da UFRGS, mas não foi possível, uma vez que o mesmo se encontrava em reformulação. A segunda alternativa foi a Unicamp que, após muitas demandas, em 1990 e 1991, foi acertado o Convênio UFSM/Unicamp, iniciado em 1992 e encerrado em 1999. No decorrer desse período, qualificou 23 docentes, sendo que 17 eram do Centro de Educação, três dos quais transferiram créditos para o Programa da UFRGS, e 14 foram titulados pela Unicamp.

O convênio contribuiu para solucionar o problema da titulação dos mestres ainda remanescentes no curso.

É importante observar que a criação de seis doutorados na Região Sudeste e três na Região Sul, no período de 1976 a 1994, contribuíram substancialmente para ampliação do quadro de doutores pela abertura de concursos para adjunto, ou seja, para doutores. Na década de 80 (séc. XX), os concursos abertos para adjuntos muitas vezes eram reabertos para o nível de assistente (mestre) pela falta de candidatos com doutorado.

É oportuno lembrar que ainda na década de 90 (séc. XX), mais precisamente em 1995, o curso comemorou 25 anos de existência, com 267 dissertações de Mestrado aprovadas.

No período de 1999 a 2010, inicia um novo processo de reformulação que iria culminar na aprovação do curso de Doutorado em 2008, 38 anos após o início do curso de Mestrado em 1970. Esse período pode ser analisado a partir da avaliação da Capes de 1998, comparado com os seguintes triênios: 1998/2000; 2001/2003; 2004/2006; 2007/2009.

Em 1998, a avaliação da Capes ainda referia problemas na proposta do curso em relação às linhas de pesquisa e aos núcleos temáticos, como também à forma de articulação com a proposta do programa, mas o corpo docente já superava o drama da titulação, que tanto angustiava as coordenações anteriores. O problema central passava a ser a atividade de pesquisa, embora também fosse um problema sério nos períodos anteriores, mas se acreditava que, solucionada a questão da titulação a da pesquisa, também essa estaria resolvida. Mas não foi assim, e as exigências aumentaram continuamente.

O curso já havia realizado uma autoavaliação e começara um processo de reestruturação. Os efeitos das aposentadorias de alguns docentes e a

necessidade de redefinir a situação do quadro de professores, em consonância com a proposta do curso, levaram a um processo de credenciamento de novos docentes, recredenciamento dos já participantes e o descredenciamento dos que não se adequavam à proposta.

Com o encerramento do convênio com a Unicamp, o programa passou a abranger, além do Mestrado, a construção de uma proposta de Doutorado, sem dependência externa.

As reformulações implicaram as seguintes alterações: consolidação da linha de pesquisa de Formação de Professores, criação de uma nova linha denominada “Práticas Educativas nas Instituições”, que implicou, dada sua abrangência, a desativação das linhas de Fundamentos da Educação e suas implicações na Prática Pedagógica e Teoria e Sistematização do Ensino; reconfiguração dos núcleos temáticos e sua ampliação para dez, a fim de comportar a reestruturação do corpo docente; melhor articulação do currículo com as disciplinas básicas e de aprofundamento, bem como de atividades de caráter eletivo, cabendo ao aluno e ao seu orientador, a escolha das mesmas, de acordo com a temática de pesquisa escolhida para a dissertação/tese.

Apesar das reformulações, a avaliação da Capes referente ao triênio 1998/2000 ainda citava problemas não resolvidos na relação Linhas de Pesquisa e Núcleos Temáticos, assim como na forma de articulação da proposta. Observava, também, a presença de um mestre, provavelmente o último, no programa, o que considerava grave, embora o corpo docente fosse constituído de 24 doutores.

Na avaliação do triênio 2001/2003, a Capes reitera a continuidade dos problemas, uma vez que as linhas ficaram demasiadamente amplas, abrangendo projetos com temáticas muito dispersas que nem sempre guardam relação clara com as linhas e os 10 núcleos temáticos, cujo papel na estrutura do programa não foi suficientemente esclarecido. Por outro lado, a composição do corpo docente foi considerada muito boa. No conjunto dos quesitos, apenas atividades de pesquisa foram avaliadas como regular.

Uma nova reformulação havida em 2003, implantada a partir de 2004, deu um rumo mais consistente ao programa. Segundo a avaliação da Capes do triênio 2004/2006, o programa apresentava uma área de concentração em Educação com uma nova reformulação das linhas de pesquisa denominadas: Formação, Saberes e Desenvolvimento Profissional; Educação, Políticas e Cultura; Currículo, Ensino e Práticas Escolares; Educação Especial; e Educação e Artes, avaliadas como *Muito Bom* pela coerência,

consistência, abrangência e atualização. De acordo com a avaliação, o programa foi *Muito Bom* no triênio.

Ainda nos anos 2005/2006, foi instaurado um novo processo de adaptação interna do programa “culminando no ajuste do Curso de Mestrado com vistas à reorganização da mesma e implementação do Doutorado” (documento do programa). Para a realização desse propósito, foram retomados estudos para identificar o perfil das pesquisas realizadas pelos docentes em todos os níveis. Os resultados dessa investigação se fizeram sentir em uma “melhor integração das linhas de pesquisa, das temáticas investigativas, da estrutura acadêmica do programa, aprovadas e expressas na organização curricular”, que serviram de base para encaminhar a proposta de curso de Doutorado. O Doutorado foi aprovado para iniciar suas atividades em 2008. No fim do triênio, o programa contava com 33 docentes (doutores).

A avaliação do triênio 2007/2009 considerou o programa como *Muito Bom*, o que, para mim, dispensa comentários.

## 2 A expansão da Pós-Graduação em Educação no Rio Grande do Sul

### 2.1 Antecedentes

No Rio Grande do Sul, à semelhança do que ocorria no Brasil, o Ensino Superior começa com a criação das tradicionais Faculdades de Medicina, Engenharia e Direito, seguidas, posteriormente, pelas Faculdades de Farmácia, Odontologia, Química Industrial, Agronomia e Veterinária, com uma predominância das Ciências Naturais e Exatas. Na linha das Ciências Sociais e Humanas, seguem as Faculdades de Direito, Comércio, Ciências Econômicas, Letras, Filosofia, Belas Artes, Música e Educação.

A sequência se repete na Pós-Graduação com predomínio das Ciências Naturais e Exatas sobre as Ciências Humanas, em que se inclui a Educação. Segundo Cury, em 1982, um total de 7.659 mestres concluíram o curso dos quais 2.428 eram da área de Ciências Humanas e Sociais. Observa, ainda, que

até o final da década de 50, a área de Ciências Humanas e Sociais contava apenas com um mestrado existente desde 1941 na Escola de Sociologia e Política de São Paulo. Na década de 60, foram criados quatro mestrados na área de Ciências Humanas e Sociais, todos de orientação européia. (1987, p. 3).

Também é consenso que, antes de 1965, o ensino e a pesquisa caminhavam paralelos em instituições diferentes. As faculdades formavam o profissional, e os institutos ou centros se dedicavam à pesquisa e à consequente formação de pesquisadores. A legislação da década de 60 (séc. XX), que culminou com a Reforma Universitária de 1968, associava essas atividades ao princípio da indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão. E não só estimula como transfere atividades de algumas instituições para dentro das universidades.

Nessa linha, a pesquisa em Educação no Brasil ganha importância com a criação do Inep, em 1938. Foi, entretanto, a partir de 1956, com a criação, no Inep, do Centro Brasileiro e Centros Regionais de Pesquisas Educacionais sediados no Rio de Janeiro, Porto Alegre, São Paulo, Belo Horizonte, Salvador e Recife, que a pesquisa educacional tomou um grande impulso. Segundo Gouveia (1971), ao contrário da década de 40 (séc. XX), em que as tendências das pesquisas eram predominantemente de natureza psicopedagógica, as pesquisas da década seguinte deslocaram-se para estudos de natureza sociológica e foram, novamente, transferidos, na década seguinte, para estudos de natureza econômica. No fim dos anos 60 (séc. XX), esses centros foram desativados e incorporados à instituição-sede.

Nesse sentido, a pesquisa precede os cursos de Pós-Graduação, mas foram por esses incorporados à universidade.

## 2.2 Início e expansão

Saviani (2000), ao fazer um breve histórico da Pós-Graduação em Educação no Brasil, estabeleceu uma periodização muito apropriada para analisar a implantação (período heroico), a consolidação e a expansão que procuraremos adaptar a esta análise.

A denominação de “período heróico”, para analisar os primeiros cursos, é muito pertinente, uma vez que a precariedade era um lugar comum de nascimento. Em outras palavras, havia um grande contraste entre o exigido pela legislação, isto é, o ideal e as condições reais para implantação dos cursos.

Entretanto, a precariedade não era igual. Havia uma distinção estrutural e conjuntural entre as universidades sediadas nos grandes centros (capitais), mais antigas, com mais tradição e experiência em Pós-Graduação em outras

áreas. As universidades mais novas (ou do interior) tinham pouca tradição em pesquisa, além de deficiências estruturais comuns nas cidades menores.

É, portanto, inevitável que o olhar sobre a Pós-Graduação passe, num primeiro momento, sobre a universidade que a proporciona e, em especial, sobre a região onde está situada essa instituição. Esse olhar vai identificar as diferenças de origem a se consolidarem como desigualdades históricas. Assim, quando se analisam os cursos e sua localização, fica claro o predomínio da Região Sudeste sobre as demais regiões. Mas a política de Pós-Graduação tem sido pouco significativa para a redução dessas diferenças.

A implantação de cursos de Pós-Graduação em Educação no Rio Grande do Sul iniciou na UFSM, como já referido, a partir de convênio com a OEA, em 1970, tornando-se o primeiro curso de Mestrado das universidades federais e o terceiro no País. Não é fácil explicar esse acontecimento, que seria mais compreensível se tivesse ocorrido em uma cidade de maior porte, numa capital de estado, como Rio de Janeiro, Porto Alegre, Belo Horizonte ou em qualquer outra com padrões urbanos mais avançados e, naturalmente, em universidades com mais tradição em pesquisa. Procuo explicar a partir de uma conjuntura favorável, isto é, decorrente do impacto provocado pela construção da primeira cidade universitária no interior do Brasil, de seus projetos de grande porte na década de 60 (séc. XX), já citados, as concepções de universidade moderna voltadas ao desenvolvimento da zona geoeducacional do reitor Mariano da Rocha Filho e sua projeção nacional. Penso que as condições que existiam nas áreas mais urbanizadas e nas universidades com maior tradição se fizeram sentir na trajetória do programa, no decorrer desses 40 anos. E, certamente, não houve nenhum programa governamental que procurasse reduzir ou compensar as diferenças que, durante esses 40 anos se fizeram sentir também em outras regiões deste Brasil desigual.

Fazem parte desse período heroico também a UFRGS e a PUCRS, ambas constituindo seus Mestrados em Educação em 1972. Conforme entrevista dada pela Dra. Juracy Marques, em 1971 à *Revista Brasileira de Educação* (2005), já havia uma comissão para a Pós-Graduação em Educação, mas ela era a única doutora. Com apoio da capes e da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação da UFRGS, consegue a contratação de quatro professores visitantes com Doutorado. Dois anos depois, o curso foi credenciado pelo Parecer 657/74. Na apresentação do Relatório de Atividades de 1974, a coordenadora referia-se às barreiras a serem superadas, como: escassez de espaço físico, reduzido número de doutores na área, persistência

de professores horistas e falta de financiamento para bolsas de estudos a alunos. O corpo docente, conforme o relatório, era constituído por quatro doutores, 15 mestres, nove dos quais com Mestrado nos EUA; dois, em Mestrado na França, e um, na Inglaterra. Também havia cinco professores doutores visitantes. Essa base inicial assegurou à UFRGS, a criação, juntamente com a PUC do Rio de Janeiro, em 1976, dos primeiros cursos de doutorado no País, a partir do Parecer 977/65. Para Saviani (2000), esses Doutorados marcam o início da fase de consolidação da Pós-Graduação em Educação.

O curso de Mestrado da PUCRS, criado em 1972, desenvolveu-se a partir da experiência da Faculdade de Educação com cursos de Especialização. Segundo Bernardes e outros (2007), no desenvolvimento e na consolidação do curso, “destaca-se a criação, em 1979, da Divisão de Pesquisa”, que provocou a ampliação da pesquisa nos anos 80 (séc. XX). As reformulações sucessivas e a qualificação do corpo docente propiciaram a implantação do curso de Doutorado em 1988.

Observa-se, aqui, um longo período de intervalo na criação de Mestrados no Rio Grande do Sul, mais precisamente, 22 anos entre os Mestrados da UFRGS e da PUCRS e os Mestrados da Furg e da Unisinos, criados em 1994. A década de 80 (séc. XX) representou um período de estagnação tanto para a Graduação (com a promulgação do Decreto 86.000/81, proibindo a abertura de novos cursos), como para a Pós-Graduação, que, durante cinco anos, de 1979 a 1984, não abriu novos cursos. A criação de novos cursos no País só foi retomada em 1984 e, no Rio Grande do Sul, somente em 1994.

A expansão iniciada na Furg e na Unisinos será seguida pela UFPel e pela Unijuí em 1995, seguidos da UPF em 1997, e da Ulbra em 1999, consagrando, assim, a década de 90 (séc. XX) como o período de maior expansão dos cursos de Mestrado no Rio Grande do Sul. Na década seguinte, de 2000, se reduz essa expansão, tendo sido criados três cursos no Unilasalle, em 2007, e na UCS e Unisc, em 2008.

A retomada do Doutorado, tanto no Brasil como no Rio Grande do Sul, se dá com o curso da PUCRS, em 1989 e dez anos mais tarde, foi criado o Doutorado da Unisinos em 1999. Se a década de 90 (séc. XX) foi de expansão do Mestrado, a primeira década de 2000 será a da expansão do Doutorado. Foram criados dois, em 2006, na UFPel e na Furg; em 2008, na UFSM, e Unijuí, em 2010, e a UPF, em 2012, iniciando na década atual.

Os cursos de mestrado público desenvolveram-se de forma predominante de 1970 a 1995, sendo superados pelos mestrados privados nas décadas seguintes. O doutorado foi mais lento, tendo iniciado em 1976 com a UFRGS e só foi retomado no setor público 30 anos depois com a criação dos Programas da UFPEL e da FURG, em 2006, e com a UFSM, em 2008. Nas instituições privadas, iniciou com a PUC, em 1989, e é retomado, 19 anos mais tarde, com a Unisinos, em 1999, a Unijuí, 11 anos após e, atualmente, iniciando a nova década a UPF, em 2012. Houve, portanto, um predomínio inicial do setor público, mas que já está sendo igualado pelo setor privado.

## Referências

BERNARDES, Nara Maria Guazzelli; MOSQUERA, Juan-José Mouriño; PEREIRA, Marcos Villela. Programa de Pós-Graduação em Educação: uma história sempre em construção. *Educação*, Porto Alegre/RS; ano XXX, n. especial; p. 123-128, out. 2007.

BRASIL. *Decreto 19.851, de 11 de abril de 1931*. Dispõe que o Ensino Superior no Brasil obedecerá, de preferência, ao sistema universitário.

BRASIL. *Lei 3.834-C, de 14 de dezembro de 1960*. É criada a Universidade de Santa Maria, sancionada pelo Presidente Juscelino Kubitschek.

BRASIL. Decreto 5.540, de novembro de 1968. Fixa normas de organização e funcionamento do Ensino Superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*, Brasília, DF: 1968.

BRASIL. CFE. Parecer 657/74. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*, Brasília, DF: 1974.

BRASIL. CFE. Parecer 493/80. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*, Brasília, DF: 1980.

BRASIL. *Decreto 86.000, de 13 de maio de 1981*. Suspende temporariamente a criação de novos cursos de graduação. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*, Brasília, DF: 1981.

BRASIL. CFE. Parecer 131/86. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*, Brasília, DF: 1986.

- CAPES. *Ficha de Avaliação do Programa 1998/2000*. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/>>. Acesso em: 24 ago. 2001.
- CAPES. *Ficha de Avaliação do Programa 2001/2003*. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/>>. Acesso em: 1º out. 2004.
- CAPES. *Ficha de Avaliação do Programa 2004/2006*. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/>>. Acesso em: 19 dez. 2007.
- CAPES. *Ficha de Avaliação do Programa 2007/2009*. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/>>. Acesso em: 9 mar. 2010.
- CURY, Carlos Roberto Jamil. Expansão de novos Mestrados/Doutorados em Educação no Brasil. *Boletim da Anped*, v. 9, n. 4, out./dez. 1987.
- DHION, Fabiana. *Operação Oswaldo Aranha*, 1969. Disponível em: <<http://ptah.adm.ufsm.br/icaatom-1.2.0/index.php/operacao-oswaldo-aranha-1969;isaar>>. Acesso em: 3 jul. 2012.
- ESTADOS UNIDOS. *Projecto Multinacional de Perfeccionamento de Personal Especializado en Educación: Programa de Desarrollo Educativo* – Departamento de Assuntos Educativos. Washington [1968?].
- GOUVEIA, Aparecida Joly. *A pesquisa educacional no Brasil*. Trad. de Maria Helena Rapp. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Rio de Janeiro, v. 55, n. 122, abr./jun. 1971.
- GUTERRES, Clovis Renan Jacques. *A Faculdade Interamericana de Educação Projeto Multinacional de Aperfeiçoamento de Pessoal Especializado em Educação – 1970/1977*. Tese (Doutorado em Educação) – UFSM em convênio com a Unicamp, 2001.
- MARQUES, Juracy C. Primórdios e expansão da pós-graduação *stricto sensu* em Educação na Região Sul. Entrevista. *Revista Brasileira de Educação*, n. 30, Especial, set./dez. 2005.
- ROCHA FILHO, José Mariano da. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 1968. Entrevista.
- ROCHA FILHO, José Mariano da. *A terra, o homem e a educação: universidade para o desenvolvimento*. Santa Maria: Palotti, 1993.
- SAVIANI, Dermeval. A Pós-Graduação em Educação no Brasil: trajetória, situação atual e perspectivas. *Diálogo Educacional*, v. 1, p. 1-95, jan./jun. 2000.
- UFSM. UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA. Cepe. *A Nova Universidade*, 1962.
- UFSM. UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA. Cepe. *Parecer 178/77*.

UFSM. UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA. CE. *Plano de Atividades do curso de Pós-Graduação em Educação 1988/89.*

UFSM. UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA. UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS. *Convênio UFSM/Unicamp, acertado em 1990 e 1991.*

---

Recebido em 30 de julho de 2012 e aprovado em 30 de janeiro de 2013